

A hora da verdade

Teresa de Sousa*

Perante o desafio que representa o alargamento, importa manter Portugal no centro do processo de integração. Mas, para tal, é necessária uma estratégia de actuação, uma visão da Europa alargada que incorpore os interesses do país.

Concluída com sucesso a união monetária, o alargamento é hoje o grande desígnio estratégico da União Europeia, o maior desafio político que vai ter de enfrentar no curto prazo e aquele que não pode correr o risco de falhar. O alargamento é o catalisador de um novo ciclo da construção europeia, que será seguramente muito diferente do anterior. A dimensão continental da integração trará à Europa novas questões de identidade e de segurança, exigirá uma profunda reforma do seu modelo institucional, desafiará o seu modelo económico e social, porá em causa os equilíbrios de poder internos. E tudo isto já amanhã.

A Convenção sobre o futuro da Europa e a CIG que se lhe vai seguir representam, pois, a última oportunidade para pôr em marcha um novo processo de reformas políticas e institucionais, mais ambicioso do que os simples ajustes de poder interno resolvidos em Nice, há dois anos, para que o alargamento se faça sem pôr em causa o essencial do projecto europeu.

A Convenção é também a última oportunidade para dissipar as desconfianças e os temores que continuam a prevalecer na opinião pública. Nenhuma nova adesão se fará sem que cada Estado membro a ratifique.

* Público

Paradoxos nacionais

Quanto a Portugal, também acabou o tempo das ilusões. Se o alargamento é um desafio extremamente complexo para a União no seu conjunto, para Portugal ele pode corresponder a um choque tão forte como foi a adesão do país à Comunidade, em 1986.

Portugal não foge, no entanto, à regra da maioria dos seus parceiros. Escasso debate público, pouca preparação estratégica, ausência de uma orientação política que clarifique que Europa alargada mais convém aos interesses do país. Falta uma perspectiva global, como é, aliás, particularmente notório na presença discreta de Portugal na Convenção. Mesmo que a mudança de governo seja uma parte da explicação, predomina a ideia de que a Convenção é um exercício irrelevante ou, na pior das hipóteses, uma espécie de conspiração dos «grandes» para preparar o terreno para uma «tomada do poder» na próxima CIG.

Apesar disso, quase todos os estudos de opinião realizados recentemente pelo Eurobarómetro revelam que os portugueses são mais favoráveis à reunificação da Europa que a maioria dos seus parceiros europeus. No ano passado, 66 por cento dos inquiridos nacionais declaravam-se de

acordo com a ideia de que «o alargamento é importante porque unifica a Europa», um valor acima da média europeia (64%) e muito acima de países para os quais o alargamento a Leste corresponde a interesses muito mais perceptíveis (Alemanha) ou cujos governos são os seus mais convictos paladinos (Reino Unido).

O facto, paradoxal, pode talvez explicar-se pela insistência com que os últimos governos quiseram fazer a pedagogia do alargamento, numa perspectiva essencialmente «moral». Portugal, também ele regressado à Europa há 20 anos, não pode recusar aos actuais candidatos o que quis para si: fazer da adesão o passaporte para a consolidação democrática e para a recuperação do seu atraso económico.

Mas a outra face desta pedagogia do alargamento foi a ausência de um debate mais sério e rigoroso – mais verdadeiro – sobre as suas implicações, que permitisse anteciper as novas circunstâncias e as novas exigências que Portugal terá de enfrentar numa União muito diferente da que se habituou a integrar até agora.

Entre as elites, incluindo as políticas, prevalece uma percepção estreita do alargamento, muito centrada nos seus impactes negativos no domínio económico. País pequeno, menos desenvolvido, periférico – que gosta de alimentar o complexo da sua

marginalidade europeia –, a tendência dominante parece ser a de encaixar o alargamento como um factor de acentuação destas três condições.

Oficialmente, tanto o PS como o PSD procuram contrariar esta visão negativa, mantendo-se fiéis à ideia de que a melhor forma de defender os interesses do país é mantê-lo «no centro da Europa», ou seja, no nível de integração mais avançado. Mas, na prática, falta dar a este objectivo um conteúdo mais preciso, traduzindo-o numa visão da Europa e numa estratégia clara de actuação nas várias frentes de decisão.

Na frente económica, as coisas não serão fáceis. Num documento divulgado recentemente pela Comissão, afirma-se: «O alargamento aumentará a concorrência na Europa, no seu conjunto, mas particularmente nas indústrias de trabalho intensivo. Os mesmos países que vão perder fundos estruturais são também os que podem sentir mais o aumento da concorrência resultando do alargamento.» O mesmo documento sublinha, no entanto, que este efeito pode estar, em grande medida, absorvido pela eliminação quase total das barreiras tarifárias já em vigor entre a UE e os candidatos.

Mas, neste capítulo, Portugal tem evitado abordar a questão essencial: a necessidade de aumentar o orçamento comunitário e de reformar, à luz do princípio da coesão económica e social, as políticas estruturais e, em primeiro lugar, a PAC.

A segunda grande questão levantada pela entrada de mais 10 ou 12 países é a da perda relativa de influência dos Estados mais pequenos.

Os grandes países da UE estão decididos a aproveitar o alargamento para reforçarem significativamente o seu poder interno, não apenas atra-

vés de uma ponderação de votos no Conselho que lhes seja mais favorável (um objectivo já alcançado na reforma concluída em Nice), mas através da desvalorização do papel central da Comissão Europeia. Por enquanto, a lógica que continua a dominar as reformas institucionais continua a ser a dos «grandes» – feita em nome da eficácia e da necessidade de reforçar o estatuto internacional da Europa.

Face a esta realidade, uma estratégia de mera resistência, como tem sido a portuguesa, acabará por esgotar-se rapidamente. O anterior primeiro-ministro pôde ainda, na cidade de Barcelona, em Março, recusar a simples consideração de uma proposta de Javier Solana (porta-voz da política externa europeia e secretário-geral do Conselho) para alterar o sistema de presidências rotativas no sentido da sua progressiva desvalorização a favor de soluções mais estáveis. Amanhã, sem uma visão global sobre que modelo constitucional queremos defender, essa resistência revelar-se-á impossível.

As várias hipóteses em discussão

Na perspectiva de uma União alargada e menos homogénea, o governo anterior desenvolveu a ideia de que, para potenciar a sua capacidade de influência, Portugal teria de encontrar novos alinhamentos europeus. Esta preocupação chegou mesmo a traduzir-se na tese de uma «Europa Média» ou «do Meio», conjugando os interesses de um conjunto de países próximos pela demografia e pelo nível de desenvolvimento.

Francisco Seixas da Costa chegou mesmo a defender um *cluster* de países (Portugal, Bélgica, Grécia,

Hungria e República Checa) com força suficiente para influenciar a formação de maiorias ou constituir minorias de bloqueio. Mas esta estratégia, por mais interessante que possa parecer, não deixa de corresponder a uma postura defensiva – sobretudo porque ela não assenta numa visão comum do futuro da Europa.

Outros autores têm defendido novas alianças para a próxima fase da integração. A «frente ibérica» – valorizando os interesses comuns de Portugal e de Espanha, desde a manutenção de níveis razoáveis de ajudas financeiras até à dimensão mediterrânica e latino-americana da política externa europeia, passando pela partilha de uma visão euro-atlântica do posicionamento estratégico europeu no mundo pós-Guerra Fria. Ou, ainda, um alinhamento mais «ofensivo» e mais dinâmico que possa fazer de Portugal o «quarto membro», virtual, do Benelux (José Manuel Felix Ribeiro, in *Janus* 2002) – valorizando a qualidade dos países pequenos e médios que participam activamente em todos os domínios da integração, que defendem o reforço da Comissão contra a deriva intergovernamental alimentada por alguns dos «grandes», que podem partilhar uma visão euro-atlântica da segurança e defesa europeias, que querem uma Europa cada vez mais integrada, mesmo que não a Europa federal das concepções alemãs.

Mas falta ainda em Portugal o debate de fundo sobre a questão institucional. Que modelo constitucional melhor serve os interesses portugueses? A que Europa alargada Portugal quer pertencer? Sem esta clarificação, será impossível ter uma influência que conte no processo de reformas que conduzirá ao alargamento. ■